

## RESPOSTAS AOS RECURSOS

### INSCRIÇÃO: Nº 67091

#### TEOR DO RECURSO:

Analisando o requerimento do(a) candidato(a), o(a) mesmo(a) informa que na Questão 24, as alternativas “A” e “C” estavam corretas, uma vez que o prazo para o oferecimento da Denúncia pelo Ministério Público quando o Réu se encontra solto, o que está em conformidade com o Art. 46 do Código de Processo Penal...

Solicitação indeferida pelo motivo de que “O procedimento na Lei de Drogas prevê, como se sabe, uma fase prévia em que se permite ao denunciado responder à acusação no prazo de dez dias, por escrito, oferecendo uma defesa prévia, antes mesmo do juízo de admissibilidade da peça acusatória.” Os arts. 50 a 53 tratam da fase de Investigação Criminal (Pré-Processual). Diz a lei que “ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado”, tal como determina o art. 5º, LXII da Constituição Federal. A novidade é que se exige, também, que seja “dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas.” Atente-se para a nova redação do art. 306, § 1º. Do Código de Processo Penal, exigindo-se que em vinte e quatro horas, depois da prisão, também se remeta cópia integral do auto de prisão em flagrante para a Defensoria Pública, caso o autuado não informe o nome de seu advogado (redação de acordo com a Lei nº. 11.449/07).

\*OBS: Recurso recebido e julgado pela Comissão da Universidade Patativa do Assaré – UPA;

CONCLUSÃO: RECURSO INDEFERIDO.

### INSCRIÇÃO: Nº 66528

#### TEOR DO RECURSO 01:

Analisando o requerimento do(a) candidato(a), o(a) mesmo(a) informa que na **Questão 19 não possui nenhuma alternativa correta, sendo que a alternativa A é incorreta, pois o crime de roubo e furto NÃO prescindem a posse mansa e pacífica, fundamentando sua decisão em súmulas e afins jurídicos...**

Conforme a teoria da amotio, também denominada apprehensio, basta a inversão da posse do bem, ainda que momentaneamente ou vigiada, para que se consumem os delitos de furto e roubo, ao passo que a teoria da ablatio defende a necessidade da posse mansa e pacífica. Quaisquer das teorias acima são aceitas, de acordo com os fatos e circunstâncias do crime analisado;

\*OBS: Recurso recebido e julgado pela Comissão da Universidade Patativa do Assaré – UPA;

CONCLUSÃO: RECURSO INDEFERIDO.

#### TEOR DO RECURSO 02:

Analisando o requerimento do(a) candidato(a), o(a) mesmo(a) informa que na **Questão 23 possuem duas alternativas corretas, ou seja, a alternativa C encontra-se correta, pelo motivo de que a suspensão condicional da pena poderá ser revogada se o beneficiário, embora solvente, frustra a execução de pena de multa ou não efetua, sem motivo justificado, a reparação do dano...**

Neste caso acima o requerimento não procede, tendo em vista que este tipo de revogação é obrigatória e imediata em sua aplicação, ou seja, no quesito consta que poderá ser revogada, abrindo precedente de imparcialidade;

\*OBS: Recurso recebido e julgado pela Comissão da Universidade Patativa do Assaré – UPA;

CONCLUSÃO: RECURSO INDEFERIDO.

### **TEOR DO RECURSO 03:**

Analisando o requerimento do(a) candidato(a), o(a) mesmo(a) informa que na **Questão 27 possui duas alternativas corretas, sendo que as alternativas A e B estão corretas...**

“O prazo para interposição do Recurso de Apelação é de 15 (quinze) dias. Em geral, o prazo para interposição do Recurso em Sentido estrito é de 05 (cinco) dias. Não cabe apelação das sentenças definitivas de condenação. D O Recurso em Sentido Estrito possui efeito devolutivo amplo.”

No art. 593 do Código de Processo Penal prevê o prazo de 05 (cinco) dias para interposição do Recurso de Apelação, contados da intimação do réu ou de seu defensor, o que ocorrer por último.

**\*OBS: Recurso recebido e julgado pela Comissão da Universidade Patativa do Assaré – UPA;**

**CONCLUSÃO: RECURSO INDEFERIDO.**

### **TEOR DO RECURSO 04:**

Analisando o requerimento do(a) candidato(a), o(a) mesmo(a) informa que na **Questão 28 no item da 3ª parte não está devidamente correta, sendo a alternativa C a correta...**

A nulidade no Processo Penal será aplicada quando um ato processual não observa as formalidades legais, de forma devida ou proibida na lei, ou seja, é a sanção aplicada pelo ordenamento jurídico ao ato praticado em desrespeito às formalidades legais. Decorre essa conclusão do fato de que o não oferecimento da representação no prazo previsto em lei acarreta a decadência do direito de queixa e de representação, causa extintiva da punibilidade.

Em determinadas situações, o Ministério Público somente pode denunciar mediante prévia representação da vítima. É a chamada ação penal pública condicionada à representação. Nesses delitos (ameaça, por exemplo), a representação é uma condição de procedibilidade. Por oportuno, o prazo para representação é de 06 (seis) meses a contar do conhecimento da autoria do fato (art. 38 do Código de Processo Penal).

**\*OBS: Recurso recebido e julgado pela Comissão da Universidade Patativa do Assaré – UPA;**

**CONCLUSÃO: RECURSO INDEFERIDO.**